



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input checked="" type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Articulação entre graduação e pós-graduação para assistência técnica: Residência AU+E/UFBA e o PROJECTA/FAUFBA

Articulation between undergraduate and graduate for technical assistance: Residency AU+E/UFBA and PROJECTA/FAUFBA

Articulación entre pregrado y postgrado para asistencia técnica: Residencia AU + E/UFBA y PROJECTA /FAUFBA

GORDILHO-SOUZA, Angela (1);

IVO, Any Brito Leal (2)

(1) Professora Doutora, Universidade Federal da Bahia, UFBA -PPGAU, Salvador, BA, Brasil; email: amgs@ufba.br

(2) Professora Doutora, Universidade Federal da Bahia, UFBA-FAUFBA, Salvador, BA, Brasil; email: anyivo@gmail.com

Articulação entre graduação e pós-graduação para assistência técnica: Residência AU+E/UFBA e o PROJECTA/FAUFBA

Articulation between undergraduate and graduate for technical assistance: Residency AU+E/UFBA and PROJECTA/FAUFBA

Articulación entre pregrado y postgrado para asistencia técnica: Residencia AU + E/UFBA y PROJECTA /FAUFBA

RESUMO

Na área de arquitetura e urbanismo, as práticas universitárias de assistência técnica no Brasil têm ocorrido com mais frequência no nível da graduação, com experiências cíclicas em projetos para comunidades carentes e na experimentação de tecnologias de baixo custo. Essas atividades têm ocorrido no âmbito de determinadas disciplinas e em grupos de pesquisas ou laboratórios, e ainda, mais esporadicamente, em cursos de especialização, oferecidos na década de 1970. Nessa época, também têm início os primeiros cursos de mestrado e doutorado nessa área, criados para formação acadêmica de pesquisadores e docentes de pós-graduação. Este artigo, com base em uma breve retrospectiva das experiências de assistência técnica realizadas no âmbito da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, traz em perspectiva a necessária articulação entre os cursos de graduação e pós-graduação, visando ao fortalecimento da capacitação profissional nessa área de atuação e os desdobramentos mais efetivos na promoção do direito à arquitetura, como base ao direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: extensão universitária; assistência técnica; capacitação; habitação; cidade

ABSTRACT

University's technical assistance practices in the field of architecture and urban planning in Brazil have occurred more frequently at the undergraduate level, with cyclical experiences for poor community's projects and experiencing low-cost technologies. These activities have occurred within certain disciplines and in research groups or laboratories, and even, more sporadically, in specialization courses that were offered in the 1970s. That's when the first masters and PhD courses in the area also began, to prepare future graduate professors and researchers. This article, based on a brief retrospective of technical assistance experiences carried out within the framework of the Architecture Faculty at the Federal University of Bahia, brings to perspective the necessary articulation between undergraduate and graduate courses, aiming to strengthening the professional capacity in this area of expertise and the most effective developments in promoting the right to architecture, based in the right to the city.

KEY-WORDS: university extension; technical assistance; qualification; housing; city

RESUMEN

En el área de arquitectura y Urbanismo, las prácticas de asistencia técnica de la Universidad en Brasil han ocurrido con más frecuencia en la graduación, con experiencias cíclicas en proyectos para las comunidades pobres y en experimentación con tecnologías de bajo costo. Estas actividades se ha llevado a cabo en el marco de ciertas disciplinas y en grupos de investigación o laboratorios y sin embargo, más esporádicamente en cursos de especialización, ofertados en la década de 1970. En ese momento, también se inician el primeras masters y doctorados en esta área, diseñada para formación de investigadores y profesores de posgrado. Esto artículo, basado en una breve retrospectiva de experiencias de asistencia técnica llevadas a cabo en el marco de la Facultad de Arquitectura da Universidad Federal da Bahia, trae la necesaria articulación entre pregrado y postgrado en perspectiva, teniendo como objetivo el fortalecimiento de la formación profesional en esta área de práctica y desarrollos más eficaz en la promoción del derecho a la arquitectura, basado en el derecho a la ciudad.

PALABRAS-CLAVE: extensión universitaria; asistencia técnica; cualificación; habitación; ciudad

1 INTRODUÇÃO ¹

Habitação tem sido um problema crônico nas grandes cidades brasileiras desde o início do século XX, não apenas na questão dos déficits quantitativos como nos qualitativos, sobretudo no que se refere a sua inserção urbana. No cerne da questão: o processo acelerado de crescimento urbano, renda insuficiente para a maioria da população, acesso restrito à terra urbanizada e políticas públicas ineficazes, seletivas e descontinuas.² Nesse processo, as cidades resultam em espaços urbanos altamente desordenados, segregados, excludentes, deficientes, cada vez mais conflituosos e inviáveis para o alcance do planejamento urbano adequado. No campo, as moradias são construídas em assentamentos e vilas precárias, sem as devidas orientações na construção de espaços para se viver com qualidade social e ambiental. Atualmente, quase metade da população brasileira concentra-se nas grandes áreas urbanas, sendo aproximadamente 87 milhões de habitantes nas 35 regiões metropolitanas e metade disso nas 10 maiores metrópoles. Mais recentemente, ocorre uma tendência de crescimento de cidades médias, sobretudo nos municípios integrantes das regiões metropolitanas, embora mantendo as mesmas problemáticas verificadas nas grandes metrópoles (IBGE, 2011).

Nas áreas urbanas se situa, prioritariamente, o déficit habitacional, estimado em 5,6 milhões de moradias, em contraste com o índice similar de domicílios vagos. Conforme dados recentes do Ministério das Cidades, embora o déficit de moradias venha apresentando tendência de diminuição nos últimos anos, com a oferta significativa de novas habitações, em termos relativos, representa 9,7% do estoque de domicílios do país, e se concentra na faixa da população com renda até R\$2.325 (96,6%) (Brasil, 2011). Já o déficit urbanístico, frequente nas ocupações informais – favelas, vilas e invasões nas grandes cidades –, definido pela inexistência de infraestrutura adequada, densidades muito elevadas, escassez de áreas livres e de equipamentos coletivos para um habitar de qualidade, esse também é expressivo. Constitui uma demanda ainda mais grave, pela complexidade das intervenções necessárias, chegando-se a situações limites, como em Salvador, 3ª maior capital em população no país, onde o índice de informalidade da ocupação urbana atinge mais da metade das habitações existentes (GORDILHO-SOUZA, 2008). Esses processos desencadearam, nas últimas décadas, os movimentos sociais em prol da Reforma Urbana, o que resultou na introdução do capítulo de política urbana da Constituição de 1988, expressa nos artigos 182 e 183, sobre o direito social à moradia e a obrigatoriedade de planos diretores urbanos, regulamentados pela Lei no 10.257/2001, de iniciativa popular, o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001).

Esse novo contexto social impulsionou a criação do Ministério das Cidades e as novas políticas nacionais de habitação, saneamento, mobilidade, e programas urbanos, implementadas a partir de 2003. Desde então, há uma significativa ampliação de ações voltadas para essa área, destacando-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2006, para urbanização de áreas informais, e o Minha Casa Minha Vida (MCMV), lançado em 2009. Envolve recursos de grande monta, para além das regiões metropolitanas, atingindo as

¹ Este texto introdutório encontra-se mais desenvolvido na proposta de criação da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, apresentado à Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, em 2011, pela profa. Angela Gordilho Souza, posteriormente atualizado quando da sua implantação (GORDILHO-SOUZA, 2011 e 2013).

² Ver, nesse sentido: VALADARES, 1968; BRANDÃO, 1978; MARICATO, 1991; TASCHNER, 1993; ROLNIK, 1997; RIBEIRO, 1996; BONDUKI 1999; GORDILHO-SOUZA, 1991 e 2000; dentre outros.



idades médias e pequenas, que vêm indicando altas taxas de crescimento nos anos recentes. Ainda que esses novos programas venham atingindo altos índices quantitativos (o PMCMV, em 3 anos, produziu 1 milhão de novas habitações no Brasil, com previsão de mais dois milhões até final de 2014), as críticas aos resultados qualitativos dessa produção têm sido severas, bem como ao recuo de investimentos do PAC para habitação. Também não são priorizadas as requalificações do grande número de imóveis vagos existentes nas áreas centrais das grandes cidades.

Nessa dinâmica, evidenciam-se as carências de capacitação profissional para atuação em projetos de habitação de interesse social, reveladas pelas baixas demandas institucionais das prefeituras no acesso aos programas federais, pela lentidão na elaboração e execução de projetos e pelo retorno significativo de recursos públicos alocados. Nas prefeituras de cidades de menor porte, é rara a presença de técnicos especializados para atuação em projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia que auxiliem na captação de recursos. A assistência técnica também se faz necessária no apoio às iniciativas de entidades de moradia popular e associações de bairros, em projetos de autogestão.

Diante dessas amplas demandas, a participação da universidade é indispensável no enfrentamento coletivo dessa realidade, seja criando os meios para a capacitação de profissionais de formação multidisciplinar, seja pelo retorno que a universidade pública deve dar a sociedade, ou ainda pela inventividade técnica necessária à viabilidade de projetos apropriados a essa realidade. O incremento recente em atividades de extensão aponta caminhos e limites na atual estrutura da universidade. Há muito que avançar institucionalmente, criando-se os meios necessários para exercer mais amplamente essas práticas, o que requer avaliar e investir numa aprendizagem ampla e continuada.

Nesse sentido, a contribuição deste artigo é trazer os resultados das experiências recentes de assistência técnica de interesse social desenvolvidas no âmbito da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), evidenciando que o fortalecimento dessa formação profissional mais estreita, entre teoria e prática, inclui uma necessária articulação entre graduação e pós-graduação. Essa interação demonstra ser capaz de fortalecer a capacitação integrada nas atividades de extensão, por meio da prática profissional, visando a uma nova cultura educacional da cidadania pelo compromisso coletivo do direito à arquitetura como base do direito à cidade.³ Expressa, ainda, como ampliar o papel social das instituições de ensino superior no que diz respeito à sua função social, que, juntamente com as atividades de ensino e pesquisa, fundamentam a razão de ser das universidades.

2 A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA ÀS COMUNIDADES

As problemáticas socioespaciais nas comunidades desassistidas nas grandes cidades brasileiras estão nos noticiários e no foco de pesquisas técnico-científicas há muitas décadas, sem que se observem melhorias significativas nessas áreas. Conhecemos as carências e avançamos na indicação de soluções apropriadas, mas os grandes investimentos nas políticas públicas, até então, não foram capazes de enfrentar essas questões com a atenção necessária às conquistas dos direitos sociais. Para além das questões coletivas urbanísticas, de segurança e conforto individual, nessas áreas, está a gritante necessidade de inserção urbana e social. Considerando

³ O conceito se baseia nos princípios do direito à cidade, preconizados por Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1968).



esse contexto, destaca-se a importância da presença da universidade em comunidades altamente carentes desses conteúdos.

Na sua história recente, a universidade no Brasil avançou bastante no alcance de formação técnica, artística, científica e profissional, na graduação e na pós-graduação, consolidando uma ampla atuação em pesquisa, produção e difusão do conhecimento, inovação, tecnologia, qualificação avançada de discentes e docentes em intercâmbios nacionais e internacionais, enfim se posicionando crescentemente na comunidade científica internacional.

Na sua inserção extensionista, historicamente menos valorizada, a universidade brasileira vem ampliando as novas possibilidades expressas no Plano Nacional de Extensão Universitária, redigido pelos Pró-reitores de extensão a partir de 1997: “[...] a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (PLANO..., 2000/01). A partir de então, os editais de extensão vêm se multiplicando, com especial atenção ao Programa de Extensão Universitária (ProExt), criado pelo MEC em 2003, com o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social.

No passado, a extensão esteve mais frequentemente voltada para a difusão de pesquisas e estudos, e, em menor escala, para experimentações e oficinas em campo. A oferta de serviços sociais e ambulatoriais, o treinamento profissional, entre outras práticas voltadas para as necessidades coletivas, são atividades geralmente oferecidas nos espaços da própria universidade. Em menor escala, há os trabalhos de extensão desenvolvidos diretamente nas comunidades carentes, voltados para aprendizagem prática de serviços sociais, educação e cidadania. Essas comunidades, ainda que receptivas à universidade e sempre dispostas a contribuir com as informações necessárias às recorrentes pesquisas demandadas em campo, ficam decepcionadas ao final desses processos unilaterais, que pouco deixam em troca para as populações que estiveram envolvidas, uma vez que o foco de maior interesse são os subsídios necessários para elaborações de estudos e experimentações.

No vasto ambiente urbano, composto por comunidades excluídas de quase tudo, abrigos, ruas e equipamentos comunitários são geralmente construídos por autogestão, bem como a viabilização de serviços coletivos empreendidos com recursos próprios. Tais iniciativas ocorrem sem a devida assistência técnico-social que essas condições exigem. Diante dessa alta complexidade na construção das cidades brasileiras, é importante levar a universidade à comunidade, o que permite uma relação direta entre teoria e prática, deixando, entretanto, na sua passagem, contribuições que se multipliquem em novos processos, projetos e materializações necessárias para a ampliação da inclusão social e melhorias dos lugares na cidade.

Na medicina, os avanços são mais significativos e abrangentes e há muito se realiza a participação de estudantes em comunidades, nos programas de saúde da família, como atividade curricular obrigatória de estágio do curso de graduação. Na pós-graduação, a residência médica também presta serviços de assistência profissional associada à formação teórica e prática. Com crescimento e contribuição considerável, desde o seu início nos anos 1970, essa residência atinge atualmente mais de 15 mil bolsas para residentes nas diversas especializações em todo o país (RESIDÊNCIA MÉDICA, 2013).



Na área de arquitetura e urbanismo, trabalhos de assistência técnica têm ocorrido com mais frequência no nível da graduação, com experiências cíclicas na elaboração de projetos para comunidades carentes e tecnologias de baixo custo. Essas atividades têm ocorrido tanto no âmbito de determinadas disciplinas, como em grupos de pesquisas ou laboratórios, escritórios-modelo e, mais esporadicamente, em cursos de especialização. Na década de 1970, também têm início os primeiros cursos de mestrado e doutorado, criados com perspectiva de formação acadêmica de pesquisadores e docentes na área. Nas universidades públicas, desde então, os cursos *lato sensu* passam a ser absorvidos pela extensão, prevendo-se remuneração, com parcerias institucionais ou pagamento dos inscritos.

Nessa área de atuação, a Lei Federal No. 11.888/2008 traz o respaldo legal para atividades de assistência técnica gratuita, com várias possibilidades de atuação, dentre elas a da residência profissional, vinculada às universidades. Configura-se, assim, um importante instrumento para assegurar profissionais habilitados na atuação em assistência técnica para projeto e construção, como meio de incrementar os direitos assegurados pelo Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001). Sua regulamentação está associada à aprovação do PEC da Habitação, 285/2008⁴, que, sendo aprovado, viabilizaria um fundo constitucional permanente no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e sua maior efetividade. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008)

3 A EXPERIÊNCIA DA FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFBA EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E OS AVANÇOS NA ARTICULAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO E POS-GRADUAÇÃO

Os trabalhos que se relacionam com assistência técnica e habitação, no âmbito da Faculdade de Arquitetura da UFBA, tradicionalmente se caracterizam pela iniciativa de alguns professores que adaptavam as ementas de disciplinas de projeto às demandas de comunidades carentes. Os trabalhos de extensão, os núcleos de pesquisa, os convênios e a participação de professores e estudantes em concursos de ideias constituem outras contribuições e modos de ação nos mais de cinquenta anos de sua existência.

Alguns grupos de estudos para essa atuação foram criados e dissolveram-se, sendo o primeiro o Núcleo de Estudos da Habitação (NEHA), que funcionou de 1974 a 1975, com apoio da URBIS, empresa do Estado da Bahia responsável pela construção de conjuntos habitacionais. Outras experiências, como o Curso de Especialização em Planejamento Urbano e Regional (CEPUR), com apoio da SUDENE, abordaram o planejamento urbano e habitacional em três edições na década 1980. Em experiências posteriores na graduação, destacam-se: o pioneiro Programa UFBA em Campo, lançado em 1997, projeto universitário de extensão cultural que envolvia alunos, professores e comunidades, substituído pela Atividade Curricular em Comunidade (ACC), a partir de 2001; também a Empresa Junior - Projeta, criada pelo alunato em 2008, para atender, na orientação de projetos habitacionais de interesse social, às famílias demandantes.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, com a criação do mestrado (1983) e do doutorado (2001) em Arquitetura e Urbanismo, foi criado, em 1993, o Laboratório de Habitação (LabHabitar), com a finalidade de experimentar, assessorar e assimilar novos enfoques para

⁴ Proposta de Emenda à Constituição, 12/08/2008, ainda sujeita a apreciação do plenário, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.

habitação no ambiente urbano, e criar um centro referência, com pesquisas e projetos experimentais de extensão nessa área.⁵ Funcionando, desde então, com a participação de professores e estudantes da pós-graduação, além de bolsistas de iniciação científica da graduação, em 2011, propôs a criação do Núcleo de Residência Profissional, com o Curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade. Essa proposta se implantou efetivamente em 2013, em parceria com a Escola Politécnica da UFBA, sendo pioneira como especialização nessa área de atuação (GORDILHO-SOUZA, 2011).

Tal curso se propõe a atender a recém-formados e gestores atuantes nessa área, além de uma estreita articulação com as atividades da ACC e demais atividades da graduação de assistência técnica, com especial atenção aos trabalhos finais de graduação (TFGs), com temas vinculados, portanto, com possibilidades de continuação da formação na Residência Profissional.

Hoje, essa faculdade conta com outras iniciativas importantes no assessoramento a moradores de áreas com problemas urbanos e de habitabilidade, convergindo no fortalecimento das atividades de extensão. Dentre essas novas iniciativas, estão: o Workshop Que Cidade é Essa?, com edições desde 2009; o projeto Lugar Comum, que vem atuando em planos de bairro, desde 2010; o escritório modelo Curiar, criado por professores e estudantes (2011); assim como o projeto de assessoramento aos quilombos no Recôncavo (2011).

Com os novos editais voltados para atividades de extensão, criam-se as adequações para o fortalecimento institucional dessas iniciativas, comprometidas com a função social da universidade. Esse novo contexto vem fortalecer a implantação continuada da Residência AU+E/UFBA, bem como renovar as atividades do PROJECTA, construindo-se, assim, um elo de complementariedade entre esses dois projetos, de forma a criar-se uma articulação mais estreita entre a graduação e a pós-graduação nas atividades de assistência técnica nessa universidade.

RENOVAÇÃO DO PROJECTA

O Projecta foi criado por iniciativa dos alunos de graduação em 2008, para funcionar como um escritório de arquitetura, assistido por professores, inicialmente como empresa júnior. Previasse, então, como forma de sustentação, a remuneração subsidiada para a elaboração de projetos de reforma e ou construção de moradias para população de baixa renda da cidade, residente nas ocupações informais da capital baiana, que, em sua grande maioria, não tem condições de arcar com os custos de um projeto de arquitetura.

A magnitude dessas demandas, não plenamente atendidas pelos serviços públicos, uma vez que o Escritório Público da Prefeitura não possui corpo técnico suficiente para o atendimento dessa população, reforça a carência técnica na construção desses espaços na cidade. Por outro lado, as iniciativas de universidades e os escritórios-modelo não suprem a lacuna entre a produção desses espaços informais e a formação de profissionais de arquitetura e urbanismo, uma vez que essas iniciativas atendem fundamentalmente a solicitações comunitárias, deixando órfãos os pleitos singulares e individuais.

⁵ Além de publicações e pesquisas realizadas, dentre os projetos de assistência técnica, destacam-se: Projeto Gamboa (2004); Vila Tecnológica - PMS (2005); Projeto Lisman - PMS (2000); Projeto Aprendendo com a Cidade (1º lugar no Premio Nacional Caixa/IAB, 2001); Vila Mar Azul, em Paripe - Crédito Solidário/União de Moradia (2005); Plano de Bairro para Mata Escura (2005); Cartilha de Assistência Técnica para a Prefeitura do Salvador - Construindo Legal (2007); Apoio ao Projeto para o MSTB: Recanto do Cajueiro - ACC (2010) (LAB-HABITAR, 1993).

Com esse quadro, criam-se os fundamentos necessários para a ampliação, adequação e fortalecimento institucional, e, a partir do final do ano 2012, o Projecta passa por um redesenho institucional mais amplo, que direciona seus esforços ao atendimento da demanda por serviços de assessoramento técnico para elaboração de projetos de arquitetura, na escala da edificação, atendendo a demandas singulares dos bairros informais. O atendimento individual constitui, portanto o universo de atuação do Projecta, tornando o trabalho desse escritório júnior fundamental à prática de formação profissional nessa área e a efetivação de sua função social. Esse campo de ação ganha, ainda, relevância na efetivação de direitos dos cidadãos na cidade, tendo em consideração o volume de unidades habitacionais, que somam perto de quinhentos mil imóveis em Salvador, edificados sem a devida orientação técnica.

Com o apoio de editais de extensão e a perspectiva de atendimento gratuito, amplia-se a inserção de professores, tendo como horizonte o desenvolvimento de atendimento contínuo, o que contribui para a capacitação orientada no exercício profissional dos graduandos, ao tempo em que promove o direito à arquitetura, como base dos direitos humanos. É com essa perspectiva que a qualidade da moradia se apresenta como base de valorização da vida humana e fundamento da liberdade e do exercício pleno do direito político, ou seja, o direito à cidade, em consonância com a Declaração dos Direitos Humanos.

Atualmente, o Projecta é constituído por aproximadamente 25 alunos e 15 docentes com formações diversas e complementares. A organização, seleção de estudantes, arranjos e concepção da estrutura organizacional, assim como o estabelecimento de rotinas e metas, são atribuições do corpo discente envolvido. Essa autonomia coletiva se constitui num ambiente favorável ao desenvolvimento de lideranças, afetos, responsabilidade, compromisso e envolvimento com a produção da cidade. Ao mesmo tempo, cabe ao corpo docente a orientação técnica, o estímulo e o fortalecimento institucional, assim como a articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

Com essa perspectiva, a proposta tem como compromisso, além do desenvolvimento de projetos, contribuir para a tomada de consciência sobre o papel de cada um na construção de uma cidade mais justa e democrática, adotado como metodologia de trabalho uma postura de relação e confiança entre o arquiteto e o cliente (LIVISTON, 2007). A percepção do cotidiano e abertura ao diferente, ao novo, à experimentação, reconhecendo o papel protagonista dos sujeitos na cidade, têm como objetivo a transformação pessoal e do coletivo, para a melhoria de vida; é a maneira de trabalho que defende o empreendedorismo-cidadão como modo operante propulsor ao direito à cidade, desenvolvido pelo cidadão-planetário (MORIN, 2011).

IMPLANTAÇÃO CONTINUADA DA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA

A Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada na Universidade Federal da Bahia em 2013, constitui um projeto pioneiro nessa área de atuação, como especialização profissional gratuita, voltada para recém-formados e profissionais, inspirando-se na Residência Médica, como atividade de capacitação que envolve ensino e pesquisa na prestação de serviços. A Residência AU+E/UFBA fundamenta-se na Lei Federal 11.888/2008 – Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social (Brasil, 2008), com potencialidade de se manter como atividade continuada e de se implantar em rede nacional. Nessa capacitação, tem-se como perspectiva a elaboração participativa de projetos de assistência técnica à habitação e inserção urbana pelo direito à cidade, sob a responsabilidade do residente e orientada por professores-tutores, ampliando-se, assim, as possibilidades do



saber técnico para atuação e o acesso a recursos públicos para melhor qualidade de moradia e fortalecimento da cidadania. Visa, assim, à construção coletiva de cidades mais democráticas, melhores e mais justas, alinhando-se às grandes demandas atualmente colocadas para profissionais nessa área de atuação, ao promover a institucionalização da assistência técnica profissional no âmbito da formação universitária.⁶

Visa, assim, à formação de recursos humanos, associada à prestação de serviços de assistência técnica nessa área de atuação, de forma participativa e integrando Universidade, Comunidade e Gestão Pública. Com duração mínima de 14 meses e máxima de 16 meses, compondo 40 créditos acadêmicos, as atividades se desenvolvem em três módulos: 1) Disciplinas, seminários e definição do projeto a ser desenvolvido: total de 4 meses; 2) desenvolvimento do trabalho comunitário, em campo: de 8 a 10 meses; 3) finalização e apresentação do projeto: 2 meses. Nesse processo de capacitação técnica ampliada, criam-se também condições de fomento, com elaboração de termos de referência, visando à execução dos projetos desenvolvidos.

Dessa 1ª edição experimental, em curso (out./2013 a dez./2014), participam 46 professores credenciados e 23 residentes, além de profissionais e lideranças convidadas. Essa turma de residentes selecionados tem uma formação pluridisciplinar, que inclui: 15 arquitetos-urbanistas; quatro urbanistas; dois engenheiros politécnicos; uma geógrafa; e uma assistente social. Desse total, quatro são gestores e o restante recém-formados. Quanto à origem, 18 são de Salvador, um é do interior da Bahia (Ruy Barbosa), um é de Minas Gerais, um de João Pessoa (Paraíba) e dois são italianos.

Atualmente esse primeiro grupo, finalizadas as disciplinas, encontra-se na fase de assistência técnica em campo, assistindo a oito comunidades, sendo sete em Salvador (Calabar, Alto das Pombas, Nova Esperança de Ipitanga, Quilombo Vale dos Macacos, Lagoa da Paixão e Centro Antigo). No interior da Bahia, será desenvolvido um projeto no Município de Ruy Barbosa, e, fora da Bahia, um projeto em parceria com a Universidade da Paraíba, em Assistência Técnica para Melhoria Habitacional na Comunidade Porto do Capim (João Pessoa, PB). Nesses dois projetos fora de Salvador, as profissionais estão sediadas nessas cidades. Como não existem bolsas, os trabalhos são realizados em um turno diário, de forma que os residentes possam autofinanciar suas atividades, trabalhando no outro turno. A possibilidade de alocação de bolsas poderá viabilizar assistência técnica em municípios do interior, altamente demandantes de profissionais dessa área, bem como trabalhos complementares de pesquisa, fomento de banco de dados, e publicações junto às instituições proponentes.

As propostas em andamento atendem a várias categorias de interesse nas áreas de atuação, ao tratar de questões como edificação, instalações e relações territoriais, desde o ponto de vista da ampliação do conhecimento e capacitação múltipla, bem como a definição conjunta de um amplo elenco de ações que contribuem para a educação comunitária, incluindo oficinas nas escolas de Ensino Básico, abordando temas como ambiente construído, promoção e uso adequados de espaços, sustentabilidade, cidadania, segurança e conforto, juntamente com outras interações que vierem a apresentar alternativas de promoção, de pertencimento e melhoria do bairro e da cidade. Essa iniciativa vem, dessa forma, incrementar a elaboração de

⁶ A proposta foi apresentada pela profa. Angela Gordilho Souza ao PPGAU-UFBA em março de 2011, como especialização, recebendo posteriormente a adesão da Escola Politécnica e de professores dessas instituições, sendo aprovada pela Congregação da FAUFBA, em julho de 2011, e pela Pró-Reitoria de Extensão em dezembro desse mesmo ano. Em função de uma longa greve de professores no ano de 2012, sua implantação efetiva ocorreu em outubro de 2013.



projetos de referência nessa área de atuação, viabilizando capacitação técnica e potencializando recursos e ações efetivas para as comunidades envolvidas, além do incremento de inovações tecnológicas, parcerias institucionais, redes de divulgação e das possibilidades de consórcios públicos que envolvam um grupo de municípios com interesses comuns.

No decorrer dessa primeira experiência, o projeto da Residência AU+E/UFBA foi aprovado no Edital ProExt-UFBA-MEC/2014, o que tem viabilizado apoio às atividades de extensão e uma maior integração com estudantes da graduação. Também já obteve aprovação no Edital ProExt-UFBA-MEC/2015, para a implantação da sua 2ª edição, a se iniciar em meados de 2015.

A EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO NO PROGRAMA VIZINHANÇAS

No lançamento recente do Programa Vizinhanças, desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, visando a incentivar ações extensionistas com as comunidades no entorno dos campi da UFBA, a FAUFBA apresentou o projeto “Ampliação interdisciplinar nas ações da assistência técnica de arquitetura, em Calabar e Alto das Pombas”, propondo ações conjuntas da Residência AU+E/UFBA e do PROJECTA.⁷ Além da possibilidade de maior articulação entre as atividades de graduação e da pós-graduação, fortalecendo atividades que já estavam em curso, esse projeto integrado passa a incorporar, na assistência técnica, outras áreas de atuação que incluem: a) o processo participativo de discussão dos projetos para melhoria dos bairros; b) elaboração dos projetos que enriqueçam o paisagismo e os espaços públicos; c) complementação de ações interdisciplinares, incluindo projetos no âmbito das artes plásticas, cênicas, musical, além de empreendedorismo, com potencial de despertar formas lúdicas, produtivas e mais abrangentes para essas comunidades.

Busca-se assim, nessa proposta de assistência técnica, uma experiência de extensão mais integrativa, com amplo retorno social e potencial de desdobramentos no fortalecimento dos indivíduos, das comunidades e da universidade. Para isso, enfatiza-se o fomento da instância do debate e da criação, relacionados aos temas *cidade, cidadania e direitos humanos*, reforçando seu caráter extensionista e de ensino para a construção de uma 'cultura' de fortalecimento e efetivação dos direitos à cidade. Esse encontro se dá ainda na aplicação de novos conhecimentos e soluções desenvolvidas pelos pesquisadores de formação multidisciplinar e no reconhecimento das práticas vividas. Nas ações em campo, vislumbram-se tanto a riqueza do saber popular como as especificidades locais, a provocação de novas inquietações acadêmicas, fortalecendo as articulações entre os diversos saberes e estimulando e valorizando a produção acadêmica teórica própria. Além disso, a articulação entre graduação e pós-graduação avança na comum articulação com outras universidades e instituições, mediante o trânsito de discentes e docentes, contribuindo para a criação de redes de ensino e pesquisa.

⁷ A proposta, aprovada em junho de 2014, foi desenvolvida em coautoria pelas professoras Angela Gordilho Souza e Any Brito Ivo, sob a coordenação dessa última, e reúne outros professores, mestrandos e graduandos da UFBA, além de estudantes do ensino médio, bolsistas do projeto aprovado.



4 OS DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS PROFISSIONAIS EM ARTICULAÇÃO COM OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO, ENGENHARIA E ÁREAS AFINS

As experiências de assistência técnica trazidas, ao articularem mais estreitamente os níveis de graduação e pós-graduação, em práticas que envolvem saberes diferenciados na inserção da universidade nas comunidades, trazem a possibilidade do diálogo entre profissionais e graduandos de diferentes áreas. Nesse sentido, fortalece e alarga o campo de troca entre o saber acadêmico e o saber popular, com possibilidades de desdobramento em ações efetivas para o desenvolvimento de técnicas apropriadas à melhoria do ambiente construído, associadas ao fortalecimento da cidadania. Assim, une, na prática, ações de pesquisa, ensino e extensão, com múltiplos desdobramentos a serem analisados e replicados.

Ao definir projetos que envolvem a gestão pública, essa atuação incentiva também o envolvimento de órgãos governamentais – nas esferas federal, estadual, municipal –, entidades não governamentais e associações comunitárias participantes, num processo de aprendizagem múltipla e interativa. Demanda, portanto, a inter-relação efetiva das instituições envolvidas, vencendo inércias e incentivando novas práticas.

Um dos principais requisitos colocados para ampliação e consolidação das residências profissionais como eixo agregador dessas relações é o fomento de bolsas de estudos e custeios de suporte. Não apenas para sua continuidade, como, sobretudo visando a uma inserção territorial para além das metrópoles, para atuar em cidades menores e comunidades mais distantes. Essas são as mais carentes de assessoria técnica, por estarem distantes dos centros universitários.

Por outro lado, destacam-se, ainda, as necessárias práticas exploratórias, no exercício continuado de aprendizagem coletiva e capacitação mútua. Tem-se como desafio, além da interação de conhecimentos multidisciplinares e saberes vividos, despertar o sentido de pertencer à cidade, cuidar do ambiente onde se vive e promover uma maior urbanidade, discutindo e construído meios para a melhoria desses espaços. Essa condição experimental enseja também o direcionamento de novos estudos, pesquisas e inovação técnica.

Vencer esses desafios significa incrementar a viabilidade de replicação desse projeto em rede nacional, criando condições de uma maior mobilização de intercâmbios, incentivando novas possibilidades de cooperação e troca de experiências.

Que essas iniciativas fortaleçam a conquista de cidades melhores e mais justas, propiciando um amplo e permanente diálogo entre os diferentes saberes da universidade e das comunidades, capaz de definir novos compromissos pelo direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 2a. edição, 1999 (original de 1998).
- BRANDÃO, Maria David de Azevedo. 'O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador'. In: VALLADARES, Lícia do Prado. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 2ª. edição, 1981 (original de 1978).
- BRASIL, Governo Federal. LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. (Estatuto da Cidade)
- BRASIL, Governo Federal. LEI No 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. (Assistência Técnica)



- BRASIL. Ministério das Cidades. Déficit Habitacional no Brasil 2008. Secretaria Nacional de Habitação, Brasília, 2011.
- CÂMARA DE DEPUTADOS. Projetos de leis e outras proposições. PEC 285/2008. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=406708>>. Acesso em julho de 2014.
- GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989. Dissertação de Mestrado apresentado ao IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 1990.
- GORDILHO-SOUZA, Angela. *Limites do Habitar; segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2000. (2ª. edição com Posfácio, em 2008).
- GORDILHO-SOUZA, Angela. Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, em março de 2011.
- GORDILHO-SOUZA, Angela; IVO, Any. Proposta do Programa “A universidade nas comunidades: ampliação interdisciplinar nas ações de assistência técnica de arquitetura, em Calabar e Alto das Pombas, Salvador-Bahia”; apresentada para o edital Programa Vizinhanças/UFBA 2014-2015, em maio de 2014.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.
- IVO, Any. Proposta do Programa “Institucionalização e instalação ampliada do Projecta para elaboração de projetos de arquitetura como meio de educação e fomento a cultura em Direitos Humanos”; apresentada ao edital PROEXT-MEC 2015, em abril de 2014.
- LIVINGSTON, Rodolfo. *Arquitectos de familia el metodo. Arquitectos de la comunidad*. Buenos Aires: PARRAGON, 2007
- LEFEBVRE, H. (1968). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1991.
- MARICATO, Ermínia. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Atual Editora, 1997.
- MORIN, Edgard. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo:Cortez, 2011.
- PLANO Nacional de Extensão Universitária. Edição Atualizada: Brasil 2000 /2001- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/ MEC. Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/docsege/Planonacionaldeextensaouniversitaria.pdf>>. Acesso em março de 2011.
- RESIDENCIA AU+E/UFBA. Proposta para Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Aprovado pelo PROEXT-UFBA em dezembro de 2011.
- RESIDÊNCIA MÉDICA. Residência de Saúde. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=506&id=12263&option=com_content&view=article> Acesso em: agosto de 2013.
- RIBEIRO, Luiz C. Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR/UFRJ: FASE, 1997.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel - FAPESP, 1997.
- TASCHNER, Suzana. Pasternak. *Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisa e políticas*. São Paulo: FAU-USP, 1993.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa - análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2a. edição, 1982 (original de 1978).